

ANEXO III

PROVA DE CONCEITO

1. OBJETIVO

1.1. Ao final da fase de homologação documental, se o MinC julgar necessário, o proponente será convocado para a homologação em laboratório, sendo prerrogativa do MinC a análise de quais itens serão avaliados em laboratório.

1.2. A prova de conceito visa verificar se a licitante classificada para fornecer o objeto desta contratação demonstra sua capacidade de atendimento aos requisitos exigidos no edital, Termo de Referência e Anexos.

1.3. O não comparecimento da licitante na data e horário agendado pelo pregoeiro implica a desqualificação para a continuidade no certame.

1.4. Caso a prova de conceito seja necessária, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência

1.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

1.6. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

1.7. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

1.8. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

1.9. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

1.10. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

1.11. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

1.12. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

1.13. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.14. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

1.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema."

1.16. Quanto ao acompanhamento da homologação de laboratório por interessados, estes devem manifestar formalmente o interesse, via e-mail para agenda.stii@cultura.gov.br, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a convocação.

1.17. Para acompanhamento da homologação, será permitido um representante de cada empresa participante da licitação e somente sob a condição de observador. Será permitida a presença de representante do fabricante da solução ofertada durante a análise da amostra.

1.18. Não será permitida, no momento de homologação, a interação entre os ouvintes com quaisquer participantes. Questões sobre o processo deverão seguir os trâmites de contato via responsável pela homologação e em momento oportuno.

1.19. É vedado aos participantes da homologação gravar a transmissão com pena de violação legal de propriedade intelectual.